



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Sílvia de Arruda Beltrão
Terceira Câmara Cível

Agravo Regimental: 200793-4/01 - Comarca: Recife
Agravante: Fininvest S. A. - Negócio de Varejo
Advogada: Tânia Vainsencher
Agravado: Rogério Alves Siqueira
Advogado: Décio Petrônio Campos Florentino
Relator: Des. Sílvia de Arruda Beltrão

EMENTA: PROCESSO CIVIL. DIREITO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AUSÊNCIA DO PERICULUM IN MORA E DO FUMUS BONI IURIS NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARBITRAMENTO DE MULTA. TRANSFORMAÇÃO EM AGRAVO RETIDO. REGRA GERAL. NÃO CONFIGURAÇÃO DOS ALEGADOS PREJUÍZOS. INEXISTÊNCIA DE NULIDADES. MANUTENÇÃO DO DECISÓRIO PROFERIDO EM SEDE DE AGRAVO INSTRUMENTAL. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

- A regra para a interposição do agravo, após as modificações ocorridas no direito processual civil, é a modalidade retida, portanto, no caso em apreço, como não ficou configurada a necessidade de ser interposto o agravo na modalidade instrumental, por se tratar de um arbitramento de multa em caso de descumprimento da determinação judicial, não pode ser aceita a interposição na espécie instrumental;
- Não restaram configurados os requisitos necessários a modificação do decisório, quais sejam o *periculum in mora* e o *fumus boni iuris*, portanto, deve permanecer incólume a decisão que transformou o agravo de instrumento em retido, por não ficarem evidentes prejuízos irreparáveis ou de incerta reparação ao recorrente;
- Agravo regimental improvido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de AGRAVO REGIMENTAL nº 200793-4/01, tendo como agravante a Fininvest - Negócio de Varejo Ltda. e agravado Rogério Alves Siqueira.

ACORDAM os Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **NEGAR provimento ao recurso interposto**, confirmando a decisão proferida no Agravo de Instrumento de nº 200793-4, que o transformou em agravo retido, na conformidade do relatório e voto anexo, que passam a integrar esse julgado.

Recife,

Des. Sílvia de Arruda Beltrão
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Sílvia de Arruda Beltrão
Terceira Câmara Cível

Agravo Regimental: 200793-4/01 - Comarca: Recife
Agravante: Fininvest S. A. - Negócio de Varejo
Advogada: Tânia Vainsencher
Agravado: Rogério Alves Siqueira
Advogado: Décio Petrônio Campos Florentino
Relator: Des. Sílvia de Arruda Beltrão

RELATÓRIO

A empresa Fininvest S. A. - Negócio de Varejo, através de seus advogados, intentou o presente recurso **Regimental** com o intuito de modificar o decisório proferido no **Agravo de Instrumento** de nº 200793-4, que o transformou em agravo retido, por tratar de questões meramente econômicas, não se afigurando o imediato prejuízo ao agravante.

Afirma o recorrente, que o caso se relaciona a decisão liminar do juízo de 1º grau que determinou pena de multa diária no valor de R\$ 500,00 (Quinhentos reais) em caso de descumprimento, relacionada a baixa nas restrições creditícias nos órgãos cadastrais em nome do agravado.

Assevera também, que a única forma de se obter justiça e segurança jurídica é a interposição da presente medida recursal, pois restou clara a lesão grave de difícil reparação sofrida por ela recorrente, pois foi arbitrada multa diária sem que tenha tido um mínimo de culpa na demanda originária.

Esclarece ainda, que o agravado realizou negócio jurídico junto à empresa demandada, concedendo cópia dos dados pessoais e comprovante de residência e rendimento, inclusive sua assinatura, enfim, todos os documentos exigidos pelo Banco Central do Brasil, no que se refere a segurança exigida pela efetivação de respectiva operação, além do mais, tais documentos jamais seriam de conhecimento do Banco se não pelo fornecimento do seu titular.

Requer ao final que seja modificada a decisão proferida em sede de Agravo de Instrumento, e se não for esse o entendimento, que seja levado o feito à Mesa para Julgamento, para que possa vir a ser reformada a decisão, através de julgamento do Órgão colegiado.

É o relatório.

Recife,

15/12/2009

Des. Sílvia de Arruda Beltrão
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão
Terceira Câmara Cível

Agravo Regimental: 200793-4/01 - Comarca: Recife
Agravante: Fininvest S. A. - Negócio de Varejo
Advogada: Tânia Vainsencher
Agravado: Rogério Alves Siqueira
Advogado: Décio Petrônio Campos Florentino
Relator: Des. Sílvio de Arruda Beltrão

VOTO DO RELATOR

Pretende a empresa recorrente através da interposição do presente Agravo Regimental, a modificação da decisão, preliminarmente, e no mérito que o **decisum** imposto pelo Juízo de 1º grau seja alterado, referente a decisão proferida na Ação de Indenização por Ato Ilícito de nº 001.2009.134877-4. Destaque-se que a decisão ora combatida é a que transformou o agravo de instrumento em agravo retido.

Analisando o presente recurso regimental, percebo que a empresa agravante não demonstra qualquer elemento capaz de motivar a modificação da decisão prolatada em momento inicial, vez que não trouxe ao bojo dos presentes autos, provas que ratificassem as alegativas apresentadas, apenas salientando que ocorreriam prejuízos a ela recorrente se mantida a decisão que transformou o agravo de instrumento em agravo retido.

É mister salientar, que o caso em epígrafe se refere a uma ação de indenização por ato ilícito, onde foi arbitrada uma multa diária em caso de descumprimento da ordem judicial, o que impossibilita o recebimento do agravo na modalidade retida, pois tal ato vai de encontro ao estabelecido no artigo 522 do CPC, portanto, ao revés do que foi dito, a transformação do agravo para a modalidade retida apenas demonstra respeito a legislação aplicável a demanda, principalmente quando não foram demonstrados os prejuízos irreparáveis ou de incerta reparação que podem ser causados a ora agravante.

Ora, embora inicial a discussão a respeito da **denegação** da interposição do agravo na modalidade instrumental, observo que não foram apresentados elementos autorizadores para a modificação de tal "**decisum**", pois não estavam presentes as provas necessárias e indispensáveis a concessão do efeito suspensivo solicitado pela parte requerente, vez que não ficou claro o prejuízo irreparável ou de impossível reparação a ser causado. Transcrevo a seguir julgado do Colendo STJ a respeito do tema:

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL RETIDO. ART. 527, II, DO CPC. CONVERSÃO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AGRAVO RETIDO.

AUSÊNCIA DOS REQUISITOS ESSENCIAIS À
CONCESSÃO DO EXCEPCIONAL
DESTRANCAMENTO. ART. 542, § 3º, DO CPC.

1. Não se vislumbra plausibilidade jurídica do pedido deduzido no apelo extremo, elemento imprescindível para se afastar a regra geral de sobrestamento do especial, expressa no art. 542, § 3º, do Código de Processo Civil.

2. Alterar o entendimento do tribunal a quo no sentido de ausência de lesão grave e de difícil reparação decorrente de conversão de agravo de instrumento em retido esbarra na censura da súmula nº 07 do Superior Tribunal de Justiça, porquanto demanda reexame de fatos e provas.

3. Agravo regimental desprovido.

(Processo: AgRg no Ag 1058980/RJ Agravo Regimental no Agravo de Instrumento 2008/0122944-9; Relator: Ministro Fernando Gonçalves; Órgão Julgador: T4 - Quarta Turma; Data do Julgamento: 27/10/2009; Data da Publicação/Fonte: Dje 09/11/2009).

Outrossim, no caso em apreço não foram apresentados elementos capazes de fundamentar a modificação da decisão proferida no recurso de Agravo de Instrumento, onde não estavam presentes o *periculum in mora* e o *fumus boni iuris*, ou seja, apenas com o julgamento do citado recurso é que pode vir a ser modificado o decisório impugnado.

Assim, como já disse, não podem prosperar os argumentos contidos no presente agravo regimental, principalmente porque não restam latentes os requisitos que poderiam vir a abalizar a modificação da decisão guerreada, quais sejam o *perigo da demora* e a *fumaça do bom direito*, que passo a transcrever:

DECISÃO TERMINATIVA

A empresa Fininvest S. A. - Negócio de Varejo, através de seus advogados, intentou o presente recurso com a intenção de anular o ato decisório prolatado pelo magistrado da 30ª Vara Cível da Capital nos autos da Ação Ordinária de nº 001.2009.134877-4, que deferiu a antecipação dos efeitos da tutela para determinar que a demandada providencie a retirada do nome do autor do cadastro dos órgãos de proteção ao crédito, sob pena de multa diária no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Assevera, em suma, a empresa agravante, que a multa estipulada em caso de descumprimento não está em consonância com a realidade brasileira, bem como tem total direito de cobrar os débitos efetivados.

É o relatório. Decido.

Observo inicialmente, que o recurso de agravo de instrumento sofreu profundas modificações com o advento da Lei nº 11.187/2005, sendo a principal delas a transformação do recurso de agravo retido como sendo a regra geral para atacar as

interlocutórias, somente se admitindo a interposição do recurso pelo modo instrumental em casos expressamente previstos no caput do art. 522 do CPC, ou seja, apenas em casos de caráter excepcional, o qual atualmente dispõe:

"Art. 522. Das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10 (dez) dias, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento."

Assim, percebe-se que, quando não se tratar de decisão acerca da admissão da apelação ou dos efeitos em que ela é recebida, o recorrente deverá agora, a fim de interpor agravo de instrumento, demonstrar, de plano, que a decisão agravada poderá lhe causar lesão grave e de difícil reparação, o que não se percebe na demanda em questão.

Outra importante modificação trazida pela referida lei no processamento do agravo de instrumento encontra-se na nova redação do inciso II do art. 527, do Código de Processo Civil, o qual, anteriormente, previa a faculdade de o relator converter o agravo de instrumento em agravo retido, sendo, atualmente, uma obrigatoriedade tal conversão quando a decisão agravada não se encontrar entre as hipóteses excepcionais previstas no caput do artigo 522. Vejamos:

Art. 527. Recebido o agravo de instrumento no tribunal, e distribuído incontinenti, o relator:

I - (omissis)

II - converterá o agravo de instrumento em agravo retido, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, mandando remeter os autos ao juiz da causa;"

Desse modo, dedilhando-se a demanda instaurada, por se tratar de agravo interposto anteriormente à prolação da sentença nos autos da ação originária, não se enquadra entre as 2 últimas hipóteses do art. 522, do CPC ou inciso II do art. 527, somente sendo admitida a sua interposição pela via instrumental caso se amolde aos requisitos da primeira hipótese prevista no artigo, qual seja, que a decisão agravada possa lhe causar lesão grave e de difícil reparação, caso contrário, remeter-se-á ao juiz da causa, transformando-se em agravo retido.

Percebo que a discussão primordial na presente demanda se refere a questões eminentemente financeiras relacionadas principalmente a multa estabelecida em caso de descumprimento, portanto, não se afigura nenhum dano irreparável ou de difícil reparação a ser causado a empresa agravante a

protrair a discussão para momento oportuno, pois a multa fixada é de montante mínimo.

Diante do exposto, por não se encontrar a pretensão recursal entre as hipóteses excepcionais previstas no art. 522 do CPC, não há outra saída a não ser determinar a conversão do presente agravo de instrumento em agravo retido, remetendo-se os autos ao juiz de origem, nos termos do inciso II do art. 527, devendo, ainda, ser providenciada a competente baixa na distribuição.

Publique-se. Recife, 13/11/2009

Des. Sílvio de Arruda Beltrão - Relator

Ademais, no caso em tela não ficaram evidentes os requisitos autorizadores para a modificação da decisão combatida, pois não foi demonstrado o latente prejuízo que a empresa recorrente menciona, e sim, poderiam ser causados graves prejuízos a parte adversa, vez que ficaria sem ter como se defender das alegações apresentadas, caracterizando, portanto, o *periculum in mora* inverso.

Ante o exposto e a mútua de provas que possibilitem a modificação da tutela anteriormente denegada, **VOTO PELO IMPROVIMENTO** do presente agravo regimental, mantendo incólume a decisão discutida, prolatada no Agravo de Instrumento de nº 200793-4.

É como voto.

Recife,

15/12/2009
Des. Sílvio de Arruda Beltrão
Relator